



**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS

ANDREA NASCIMENTO EWERTON (2)

(depoimento)

2015

CEME-ESEF-UFRGS

FICHA TÉCNICA

Projeto: Garimpando Memórias

Número da entrevista: E-633

Entrevistada: Andrea Nascimento Ewerton

Nascimento: 12/02/1970

Local da entrevista: EEFTO/UFMG – Belo Horizonte

Entrevistadoras: Luiza Aguiar dos Anjos e Rejane Penna Rodrigues

Data da entrevista: 20/11/2015

Transcrição: Alexandre Luz Alves

Copidesque e Pesquisa: Silvana Vilodre Goellner

Revisão Final: Silvana Vilodre Goellner

Total de gravação: 1 hora, 9 minutos e 6 segundos

Páginas Digitadas: 20 páginas

Observações:

Entrevista realizada para o projeto *Memórias do Programa Esporte e Lazer da Cidade/Vida Saudável* desenvolvido pelo Centro de Memória do Esporte.

O Centro de Memória do Esporte está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, este depoimento de cunho documental e histórico. É permitida a citação no todo ou em parte desde que a fonte seja mencionada.

Sumário

Formação inicial; Relação com as políticas públicas de esporte e lazer; Atuação como gestora municipal e estadual no Pará; Atuação no Ministério do esporte; Ocupações no Ministério do Esporte; Conferência Nacional de Esporte; programa esporte e Lazer da Cidade; Programa Vida Saudável; Parceria do Ministério do esporte com a Universidade federal de Minas Gerais; Formação e agentes sociais de esporte e lazer; Avaliação e Monitoramento de programas de esporte e lazer; Esporte e lazer como política de estado; municipalização de projetos sociais de esporte e lazer;

Porto Alegre, 20 de novembro de 2015. Entrevista com Andrea Nascimento Ewerton a cargo das pesquisadoras Luiza Aguiar dos Anjos e Rejane Penna Rodrigues para o Projeto Garimpando Memórias.

L.A – Olá Andrea, para começar nossa entrevista gostaria que você começasse falando da sua formação

A.E. – Eu sou ativista partidária, sou militante política desde a minha adolescência, dezessete anos, fiz universidade de Educação Física, Licenciada Plena em Educação Física pela UEPA¹ e servidora pública municipal e estadual, cedida para o Ministério do Esporte desde 2003. Fiz mestrado em lazer aqui pela UFMG².

L.A. – Para além do próprio mestrado tu podia contar como é que a temática do lazer aparece na sua trajetória?

A.E. – A temática do lazer entrou na minha trajetória na experiência de gestão pública. No início minha atuação era em todas as possibilidades da Educação Física, então eu atuei na Educação Física municipal e estadual em todos os níveis; Educação Física infantil até ensino médio. Quando assumimos a prefeitura de Belém, em 1997, criamos uma coordenação responsável pelas políticas de esporte e lazer no município. Então minha chegada ao tema lazer iniciou na possibilidade de gestão municipal responsável pelas políticas de esporte e lazer na cidade de Belém do Pará.

L.A. – Como foi a sua entrada no Ministério do Esporte?

A.E. – O presidente Lula³ quando criou o Ministério do Esporte... Foi eleito em 2002 constituiu uma metodologia que foi para todas as áreas do governo dele a ser iniciado em 1º de janeiro de 2003 em que ele pudesse contar com a participação e a experiência das cinco regiões, então ele provocou que as diversas áreas do Partido dos Trabalhadores fizesse uma mobilização de gestores nos estados, nos municípios, em governos populares

¹ Universidade do Estado do Pará.

² Universidade Federal de Minas Gerais.

³ Luiz Inácio Lula da Silva.

democráticos para ajudar a constituir desde o programa de governo, mas depois de eleito para constituir o planejamento do Governo Federal. Então de novembro, dos resultados das eleições e do resultado mesmo, porque um dia depois do resultado da eleição todo mundo já estava convocado. Nós passamos a compor uma equipe de transição, em todas as áreas, não só no esporte, mas todas as áreas tinham representantes de outras regiões e eu, como era então da Prefeitura de Belém, de um governo popular democrático, fui indicada a vir para os trabalhos eu e outras pessoas lá de Belém. Enfim, nós viemos para compor a equipe de transição, então, a nossa exceção no Governo Federal se deu desde um dia depois do resultado das eleições que elegeram o presidente Lula. Inicialmente para pensar o governo, não para compor o governo. Só que quando o Ministério foi então criado, na portaria de 1º de janeiro de 2003, se começou a discutir as composições e aí então eu sai da condição de militante político partidário que ajudou a construir propostas de governo e fui indicada para compor o Ministério criado que foi o Ministério do Esporte.

L.A – E que posições você já ocupou dentro desse Ministério?

A.E. – Então, no início no Ministério tinha uma composição de três secretarias: uma Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, uma Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte Educacional, uma Secretaria relacionada ao esporte de alto rendimento. Então três secretarias finalísticas e uma executiva como em toda estrutura, então no início a gente compôs a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer e a minha primeira composição foi como coordenadora geral na diretoria de políticas sociais. Depois, na gestão do secretário Lino Castellani Filho, na gestão da secretaria Regiane Penna Rodrigues, eu assumi a diretoria de programas sociais. Nosso companheiro, que era diretor que era do Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro saiu, voltou para o Rio de Janeiro, então, a Secretária Regiane me colocou como diretora de políticas sociais. Depois de diretora de políticas sociais na Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer eu decidi em 2008 fazer o mestrado aqui na UFMG e quando eu fui fazer meu mestrado eu tomei a decisão de cumprir as normas estabelecidas que é pedir afastamento. Eu pedi o afastamento primeiro para os meus órgãos de origem; governo estadual e municipal em Belém do Pará e depois pedi o afastamento para o Ministério; o Ministério então falou que eu não poderia ter o afastamento porque eu era apenas cargo comissionado. Então eu tomei a decisão de pedir exoneração e vim fazer o mestrado aqui

na UFMG. Mas não só o Ministro a época Orlando Silva⁴ como Secretário Executivo me pediram para continuar, não no cargo que eu tinha entregue, então, quando eu sai da SNDEL eu fiquei como consultora porque eu tinha organizado a I Conferência⁵, isso era em 2008... Eles me convidaram então para continuar como consultora, com bolsas de consultoria para fazer a organização da II Conferência e da III Conferência. Então eu fiquei como consultora entre 2008 e 2010 enquanto eu fazia mestrado. Fui chamada pelo então Secretário Júlio Filgueira⁶ para ser consultora no processo de acompanhamento e avaliação do Programa Segundo Tempo. Entre 2008 e 2010 eu não estava em cargo, mas continuei em Brasília como consultora, como coordenadora de mobilização e operacional das duas conferencias e consultora do Programa Segundo Tempo e a Secretária Regiane me convidou também para fazer formação no PELC⁷ e antes a Vida Saudável era um braço do PELC. Entre 2008 e 2010 fiquei na função de consultora atuando como formadora do PELC, como consultora do PST⁸ e como coordenadora das duas Conferências Nacionais do Esporte, a segunda e a terceira. Em 2011 voltei para então Secretaria Unificada, deixou de ter a Secretaria de Esporte de Lazer e Educacional e se transformaram em uma única Secretaria que foi a SNEDIS, Secretaria Nacional de Esporte Educação Lazer e Inclusão Social. E na SNEDIS então no início, como coordenadora geral de operação dos programas sociais e depois como diretora, cargo que ocupo até hoje.

L.A. – Você poderia falar de como o PELC entrou na sua vida e sua atuação dentro desse programa especificamente?

A.E. – O PELC entrou na minha vida desde quando eu sou gestora municipal em 1997, por que o PELC é resultado da gestão de Belém, da gestão de Porto Alegre, da gestão do Distrito Federal, da gestão de Caxias do Sul, da gestão de Mato Grosso do Sul, da gestão de Campinas. O PELC foi o programa elaborado por nós que estávamos na transição FHC⁹ e Lula bebendo na experiência dos governos populares democráticos. Então o meu envolvimento do PELC, é desde que eu sou gestora municipal, porque foi a minha gestão,

⁴ Orlando Silva de Jesus Júnior.

⁵ I Conferência Nacional do Esporte.

⁶ Júlio Cesar Monzu Filgueira.

⁷ Programa Esporte e Lazer da Cidade.

⁸ Programa Segundo Tempo.

⁹ Fernando Henrique Cardoso.

a minha experiência de gestão municipal que me deu condição de participar do processo de elaboração, criação e implementação desse programa na esfera federal e aí ele existiu a partir da instituição do Ministério do Esporte em 2003, então já em 2003 já ocupando o cargo no Ministério do Esporte, a nossa tarefa foi de nacionalizar as nossas experiências de gestão popular democrática espalhadas pelo Brasil. O PELC é resultado disso, então estou desde a origem e desde a elaboração, criação, implementação do programa do Ministério do Esporte.

L.A. – Dentro da esfera federal que pessoas você elenca como importantes nesse momento da constituição do PELC na esfera federal?

A.E. – Eu destaco como importante todos os gestores municipais que nos fizeram chegar até aqui, todos os gestores estaduais que nos fizeram chegar até aqui, nós não teríamos chegado na esfera federal se não tivesse existido essas gestões municipais e estaduais. A prefeitura de Belém e toda equipe que compôs, a prefeitura de Belém e todas essas prefeituras que citei. Nomes como de Rodrigo Terra¹⁰, Roberto Lião¹¹, Regiane Penna Rodrigues, Cláudia Bonalume¹², Fátima Macapá¹³, são nomes que nos ajudaram a chegar no governo federal. Ao chegar no governo federal nos buscamos manter esse diálogo com as experiências locais tanto que ao criar o programa em 2003 na gestão do Secretário Lino Castellani que na época tinha uma representação bem regionalizada, tinha gestor de São Paulo, tinha gestor do Rio Grande do Sul, tinha gestor de Belém, de Recife, esqueci de falar da experiência de Recife que foi estrutural. Os ciclos populares, a experiência da prefeitura de Recife também é um dos exemplos que levaram a constituição dessa experiência. Nós tínhamos na gestão da Secretaria no início representantes desses lugares, então desde o professor Lino, depois a secretaria Rejane e toda a composição passou pessoas do Rio de Janeiro, Luís Otávio¹⁴, passou pessoas de Recife, como por exemplo Jameson¹⁵ indiretamente, mas no cargo o professor Marcelo Russo¹⁶, Cláudia Bonalume,

¹⁰ Rodrigo Barbosa Terra.

¹¹ Roberto Lião Júnior.

¹² Cláudia Regina Bonalume.

¹³ Nome sujeito a confirmação.

¹⁴ Luiz Otávio Neves Mattos.

¹⁵ Jamerson Antônio de Almeida da Silva.

¹⁶ Marcelo Pereira de Almeida Ferreira.

Veronez¹⁷, várias pessoas, Roberto Lião, várias pessoas nos ajudaram a chegar até aqui, foram passos dados pequenos que foram se agigantando até chegar nessa condição atual.

L.A. – Como você se preparou para assumir as funções que teve que desempenhar ao longo de todo esse tempo?

A.E. – Ser gestora municipal, a minha preparação foi na gestão municipal. A gestão municipal apesar de assumir a gestão municipal já tinha sete anos de formada. Eu costumo dizer que a gestão municipal foi o maior espaço que eu tive de formação em política pública; na gestão municipal eu aprendi o que é política pública, o que é planejamento, o que é orçamento, o que é financeiro. Então a gestão municipal é a minha base, chegar na gestão federal me deu possibilidade de expandir isso, tentar pensar enquanto gestor federal pode e deve contribuir na qualificação das gestões estaduais e municipais. Meu principal desafio quando cheguei na gestão federal foi entender qual é o papel do Governo Federal na qualificação do atendimento da população na ponta. Quem atende o povo na ponta é a prefeitura, então todos os limites que eu como gestora municipal percebi e na época o Governo Federal era distanciado das prefeituras, o dialogo com o Governo Federal com as prefeituras eram de relações partidárias, muito forte isso. Quando eu vim para Governo Federal queria tentar mudar essa lógica, como o Governo Federal ajuda a qualificar as experiências na ponta.

L.A. – Queria que você falasse sobre o Vida Saudável, como ele começou? De onde veio essa ideia e como você se envolveu com esse programa?

A.E. – O Vida Saudável até 2010 era um... Por que o PELC é um programa intergeracional, então, ele sempre propôs que atendesse todas as idades inclusive os idosos. Quando o ministro Agnelo Queiroz¹⁸ estava no Ministério ele tinha uma experiência com a UNB¹⁹ aqui de contato e ele começou a demandar para a nossa Secretaria, então na época era a Secretária Rejane... Ele queria um tratamento diferenciado a questão do idoso, talvez se a gente não tivesse o PELC o Ministro instituísse um outro programa com o olhar para o

¹⁷ Luiz Fernando Camargo Veronez.

¹⁸ Agnelo dos Santos Queiroz Filho.

¹⁹ Universidade de Brasília.

idoso que não exatamente o Vida Saudável. A estratégia que a então Secretária Rejane tomou foi de trazer a experiência dos núcleos que o PELC sediava de Vida Saudável da população idosa para o patamar de programa, para as pessoas poderem acessar diretamente o programa. Isso fez com que a gente garantisse a essência e a concepção PELC nesse novo programa que na demanda inicial do Ministro era mais uma adequação das academias que estavam previstas em atendimento específico do idoso. Inclusive essas academias que estão espalhadas pelo Brasil hoje deveriam estar tombadas pela ONP e hoje tem uma disputa se a ONP ou então o SESC de São Paulo, mas o que chegou de fato primeiro foi essa lógica da academia como um projeto de infraestrutura e de construção daqueles equipamentos num trabalho de mestrado e doutorado da UNB. O início que o Ministro nos delegou foi construir um programa para essas academias, nós temos mais do que isso pode recepcionar essa intencionalidade, essa ideia, mas o programa Vida Saudável que hoje é núcleo do PELC, então nos instituímos 2011 em diante o Vida Saudável como um programa.

L.A. – Eu gostaria que você falasse um pouco do PELC para povos e comunidades tradicionais, de onde vem a ideia de atender esse público?

A.E. – A nossa preocupação com minoria está na gênese do PELC. Na época, na origem isso já era preocupação, o fato é que muito poucos núcleos dos programas chegavam em comunidades tradicionais, em povos indígenas. Como muitos poucos núcleos atendem pessoas com deficiência, então, a nossa preocupação era de dar visibilidade; se criou essa lógica dos núcleos de povos e comunidades tradicionais que hoje a gente está corrigindo isso para 2016, isso vai ser diferente por que isso não é uma realidade de um convênio ou do PELC. Ele é o que a gente quer para todos os nossos programas. Então 2016 diante do que a gente está dizendo é que a gente vai pontuar diferente aquela entidade que nos propõe chegar nessa comunidade. Fizemos o edital em 2013, só para você ter uma noção, sessenta e dois foram aprovados como comunidades e povos tradicionais, agora na hora de chamar para conveniar nenhuma é comunidade indígena; uma tem viés de quilombola, ou seja, tiramos da visibilidade, mas operacionalmente não se traduziu. Então povos, comunidades sazonais e população indígenas passarão a ser um desafio de aumentar em todos os convênios, se a prefeitura de Belém vier propor convênio, de Porto Alegre vier propor convênio nós queremos dizer a ela que ela consegue enxergar que naquela cidade

tem comunidade quilombola, indígena que ela implante núcleo naquela comunidade quilombola, indígena. Nasceu para tirar da invisibilidade e agora nossa meta é tiramos da invisibilidade, mas não conseguimos implantar e aumentar o atendimento, então agora não é mais um convenio específico, nós queremos estimular que gestor na sua cidade tenha, chegue núcleos naquela comunidade atendida.

L.A. – Queria que você falasse da importância da formação e como você fez a trajetória do antes do vínculo com a UFMG.

A.E. – Formação para a gente é estrutural, a política nacional do esporte aprovada após debate com mais de trezentos e cinquenta mil pessoas no país, em 2005 se aprovou uma política nacional, a política nacional apresenta eixos estruturantes da política pública. Um dos eixos estruturantes da política pública é recursos humanos e informação, então primeiro que a gente acredita que recurso de informação é um eixo estrutural da política pública. Para os nossos programas isso vem se replicar como eixo estruturante de política pública, mas nós pensávamos que era fundamental essa relação com universidade, então, tanto para formação como para o processo de qualificação das políticas de elaboração de documentos, elaboração de material didático, como agora para acompanhar, núcleos do programa, para implementar uma política de avaliação, de indicadores, as universidades são nossa referência maior, para tirar essa lógica de que a universidade tem como missão central a formação superior, ela tem muito mais do que isso. O fato de levar a prática a vida das pessoas o conhecimento produzido dentro dessas universidades. Inicialmente, como nós tínhamos o recurso era muito pequeno; nós tínhamos uma linha com a universidades estruturar uma concepção programas de formação, constituímos programa de formação. Faziam as formações professores das universidades públicas, tínhamos setenta e sete professores que eram relacionados a universidade pública e a gestão municipal e estadual. Nós criamos um sistema de formação que é o que se mantém até hoje, diferente é que antes não havia uma parceria institucionalizada com a universidade e hoje tem a parceria institucionalizada com universidade, mas essa parceria nasceu desse sistema de formação, os conceitos, os programas, as programações, as diretrizes, tudo nasceu desse sistema de formação. A partir de 2008 que foi depois que eu sai já a Secretária Rejane tomou essa iniciativa de chamar a UFMG, um pouco bebendo na luz do que no Programa Segundo Tempo também já se fazia, que era uma parceria institucional com uma

universidade e que fazia guarda chuva com todas as outras. A UFMG está para o PELC, para a Vida Saudável e para a Rede Cedes ²⁰ como está a UFRGS²¹ para o PST e para a parceria do Mais Educação. Então a Secretária institucionalizou com a UFMG esse termo de execução descentralizada e colocou para dentro do termo essa estruturação das ações de formação. Eu acho que isso é um avanço, eu acho que dá protagonismo e visibilidade ao papel das universidades nesse processo. Nenhuma universidade tem a expertise no campo do lazer que tem a UFMG, então, acertadíssima essa relação de institucionalização da parceria com a universidade. Esse é o caminho que o Ministério e a Esplanada²² estão todos nos copiando, hoje essa nossa experiência, tanto com a UFMG como a UFRGS estão sendo demandadas para todos os outros órgãos: “Queremos algo parecido, tragam para cá, como faz? Vamos fazer igual...”. Então, é exitosa, é acertada, nasceu só para a formação e hoje está estendida para o processo de acompanhamento *in loco* das parcerias e vai contemplar uma política de avaliação por indicadores, ou seja, aí vai se estendendo. Nasceu só como formação e hoje já está mais capilar.

L.A. – Vou voltar num elemento que você citou lá atrás que são as Conferências Nacionais do Esporte. Eu queria que você falasse da importância dessas Conferências para a constituição da política pública de esporte e lazer:

A.E. – Até 2003 o esporte e lazer eram pensados, até tirar o lazer, porque o lazer não era pensado; o esporte era pensado pelo Governo Federal com consultorias pontuais, com decisões centralizadas nos gabinetes, do então INDESP²³, depois na Secretaria Nacional do Esporte, depois do Ministério do Esporte e Turismo. Em 2003, o presidente Lula tomou uma decisão que serviu para todas as áreas: valorizar a participação popular e a construção coletiva das políticas com a população. Isso é tão significativo que ontem eu estava representando a Secretaria Geral da Presidência e ele colocava que no Brasil foram realizados cento e noventa e três Conferências na história do Brasil; cento e noventa e três Conferências. Cento e quatro realizadas nos últimos doze anos [risos]. Quer dizer nos últimos doze anos se fez mais da metade das Conferências da história da República, bom, o esporte conseguiu fazer parte da história, porque não era. Então, como foi uma diretriz, um

²⁰ Rede CEDES – Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer.

²¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

²² Esplanada dos Ministérios.

princípio, uma concepção do Presidente da República. O esporte reproduziu, e para mim, acertadamente, porque se hoje temos críticas, o pessoal: “Por que serviu as Conferências? Não sei o quê... Letra morta”. É por que não faz o comparativo com o que está escrito das Conferências com o que está acontecendo hoje, muita coisa que está escrita, não está sendo feita, mas a grande parte que estava sendo feita está escrita. Meu comparativo, estou dizendo o seguinte: nós fizemos tudo que as três Conferências aprovaram, não! Mas quase tudo que estamos fazendo está lá, até o megaevento que acho que não está lá, está lá também, porque um grupo de pessoas achava que era importante projetar o Brasil mundialmente; eixos de estruturadores lá nas três Conferências que definiam [PALAVRA INAUDÍVEL] de meta, então muitas pessoas apoiavam, o Brasil tem que ser candidato, está lá, está escrito lá. O que não está escrito lá é que a infraestrutura de esporte de alto rendimento ia utilizar grande parte do financiamento, isso não está escrito lá, mas que os megaeventos está escrito lá e nós fizemos estar que democratizou o acesso ao esporte e lazer e está escrito lá e nós fizemos... Nosso programa esporte Da cidade era um programa de três milhões, quatro milhões de reais, hoje responde por sessenta milhões e só responde por sessenta milhões porque não tem cem milhões de convênios em pé para conseguir se elencar, porque a peça orçamentária... Até a peça orçamentária nós mudamos nesse sentido, de dar condições que o programa teria mais intencionalidade na ponta de ser executado tenha um volume maior de recursos. A importância da Conferência é isso, é que ela deu norte ao governo a partir da escuta da população. Agora nem tudo que a população falou a gente consegue implementar, por, muitas vezes normatizações, impedimentos legais, muitas vezes decisão política e muitas vezes por questões orçamentárias. Mas o que estamos fazendo, quase que integralmente está contido lá, o que está lá não está sendo feito integralmente.

L.A. – Você percebe relações específicas do PELC com essas construções feitas nas Conferências?

A.E. – Também fazendo viés de mão dupla: quando a gente prepara os documentos a serem debatidos na Conferência, as define linhas, eixos e o lazer sempre estiveram porque sempre teve uma Secretaria responsável pelo lazer. Então em todos os documentos

²³ Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto.

orientadores das Conferências ou era uma alínea estratégica ou era mais de uma alínea, ou eram várias alíneas ou era um eixo estruturante tinha a temática do lazer. Em todas desde a primeira o esporte e lazer da cidade é tratado. Para se ter a noção de um impacto a figura do agente social do lazer foi aprovado em Conferência e quem levou isso para a Conferência? O PELC porque o PELC que disse que é o agente social do lazer, então, é uma mão dupla. Agora, hoje ainda é mais do PELC para lá, do que de lá para o PELC, por uma questão orçamentária. Ainda o esporte e lazer, em especial o esporte recreativo de lazer não tomaram a dimensão necessária, mas agora mesmo na fase da construção de um novo sistema, eu acho que isso vai voltar à tona, então, as Conferências são fundamentais elas têm impacto e beberam no PELC.

L.A. – Como você percebe, agora voltando para a atuação direta do Programa, a relação dos núcleos do PELC com as comunidades que eles atendem?

A.E. – Penso que por essência, por princípio é o programa que mais consegue estabelecer essa relação, porque ele na sua essência diz para o gestor que ele precisa ser construído com aquela comunidade, então, é o programa que tem metodologia e estratégia para o diálogo mais enraizado com aquela comunidade. Você vê o Segundo Tempo vai chegar em núcleos da escola, então, o processo de relação direta com a comunidade pode ser uma consequência, mas não está na origem, não está na essência, no PELC e no Vida Saudável está na origem, está na essência, então, a relação com a comunidade é muito mais forte.

L.A. – Desde que você entrou nos programas PELC e Vida Saudável, quais as principais mudanças que você destacaria nos programas?

A.E. – A principal, porque ela traz como consequência várias outras, é a ampliação do orçamento, porque dizer que a gente vai fazer modelo de fundir conceito, fundir concepção com três milhões de reais que consegue chegar em vinte lugares é uma utopia. Claro que é uma utopia possível, mas é uma utopia. Mas na medida em que a gente consegue, fruto da qualidade do programa, romper as barreiras e ampliar o orçamento a nossa capacidade de difundir o que ele tem de inovador que é uma concepção de política diferenciada, participativa e que respeita a realidade local, ela se expande. A outra coisa que eu acho que é marca, é a questão da formação e qualificação da gestão pública, que o PELC por onde

ele passa, ele não ensina em fazer só o PELC, ele abre os olhos do gestor para entender a política pública de esporte e lazer. Então a nossa formação ela atua não como uma formação para implementar o programa esporte especificamente. A nossa formação, o nosso programa ajuda gestão a pensar política pública de esporte e lazer, como trazer o esporte e lazer para a política de estado, como trazer o esporte e lazer para direito social garantido, então, eu acho que essas são as duas grandes marcas do programa, pela qualidade, ter enfrentado e crescido o orçamento, crescer o orçamento, amplia a capilaridade e a capacidade de multiplicar o conceito, a concepção, a metodologia, a tecnologia social desenvolvida e essa tecnologia se fundamentar em qualificar a gestão local.

L.A. – Quais são os principais desafios que vocês tiveram que enfrentar ao longo desses anos?

A.E. – Principal desafio eu diria que continua sendo reafirmar que lazer precisa estar aqui, porque lazer é inter, é multi, então todos os ministérios fazem lazer e nenhum ao mesmo tempo. Então é um desafio é dizer que o lazer está bem colocado, precisa estar colocado, precisa ser reconhecido como uma dimensão da política que o Ministério do Esporte se dedica a fazer. Tem consequência em tudo, nos programas, na infraestrutura, no orçamento, na produção do conhecimento, em tudo. De reafirmar que o local do lazer é no Ministério do Esporte é importante, é um desafio; outro desafio é enfrentar as desigualdades regionais. De fato, o Brasil é continental e os estados e as regiões são tratadas de formas muito diferenciadas, ainda tem um desafio de enfrentar pelo menos as desigualdades regionais. Outro desafio é o equilíbrio entre a distribuição orçamentária e financeira entre os diferentes programas; os programas que difundem e produzem conhecimento, como a Rede CEDES e a Rede CENESP²⁴, os programas que acessam e estruturam o alto rendimento, como o Bolsa Atleta, os programas de lazer que democratizam o acesso a toda a população, os programas de esporte educacional e uma política de infraestrutura que dê conta de todas essas dimensões. As pessoas acham que o Ministério só construiu equipamentos de alto rendimento e o mapa é o seguinte: são dezesseis mil infraestruturas espalhadas em 70% dos municípios brasileiros com verba do

²⁴ Rede de Centros de Excelência Esportiva.

Governo Federal, destas cinquenta e sete a apenas são de alto rendimento. No outro lado as cinquenta e sete de alto rendimento são hiper caras, porque a tecnologia para o alto rendimento é cara, mas a democratização do acesso, pouca gente sabe disso: dezesseis mil instalações esportivas foram feitas com recursos do Ministério do Esporte, de 2003 a 2012. 60% delas entregues já para a população e destas apenas cinquenta e sete são ligadas ao alto rendimento, que são os centros nacionais de regime de alto rendimento, de excelência. E os cortes que foram feitos de centros de treinamento para a Copa do Mundo²⁵, então, o restante são infraestruturas como praças, quadras, ginásios, pistas de atletismo, rampas de skate. Agora falta uma política nacional que defina que tipo de estrutura precisa chegar em que tipo de cidade, como se fará essa distribuição? Quais os critérios levados para isso? Qual é a política de manutenção desses espaços? Quais as exigências que se faz para ter uma política de animação continuada desses espaços de ocupação dos programas sociais nesses espaços? Então esses são passos que precisam ser dados.

L.A. – Quais são os próximos passos para o PELC? O você acha que o PELC e o Vida Saudável, agora que são programas a parte, esses dois programas precisam para continuar se qualificando?

A.E. – Se consolidar como um programa nacional, portanto como papel do Governo Federal em propor em pensar sobre ele. Eu costumo comparar o PELC com o Minha Casa, Minha Vida e com o Mais Médico. Minha Casa que são programas nacionais, o formulador dessa política é o Governo Federal, quem pensa a forma de financiamento dessa política, desse programa é o Governo Federal, quem pensa política de avaliação e formação desses programas é o Governo Federal; quem entrega esse programa para a população são os municípios e estados, é isso que o PELC precisa ser. O PELC não é do município; Vida Saudável não é do município. Se a gente entender assim, cabe ao município fazer, os programas precisam se consolidar como programas nacionais, ao ser programa nacional, a União tem e terá sempre responsabilidade com ele e isso precisa estar garantido no novo sistema nacional do esporte. Então dizer que o desafio é a gente fazer o sistema nacional do esporte que vai ser uma lei que vai revogar e a Lei Pelé²⁶ que vai mudar o sistema brasileiro nacional, esse novo sistema tem que pensar em programas nacionais e o PELC se

²⁵ Copa do Mundo FIFA de 2014.

²⁶ A Lei 9.615 de 24 de março de 1998, mais conhecida como Lei Pelé ou Lei do Passe Livre.

mantendo, se consolidando como programa nacional reconhecido dentro do sistema nacional de esporte em fase de implementação e aí as definições do sistema de competências, atribuições e financiamentos deixam claro que a entrega prioritária desse programa é do município.

R.R. – Poderia relatar um pouquinho do histórico dos primeiros núcleos, das diretrizes, dos critérios, quantos são e como estamos hoje nessa implementação dos núcleos?

A.E. – No início nós estávamos lá, pensamos em um programa bonito que bebia nas experiências municipais; vimos o nosso orçamento tinha três milhões de reais e aí o programa que é bonito, que pensa em democratizar o acesso, que quer difundir o direito ao lazer, que quer colocar o esporte e lazer como direito social e papel do estado, na sua essência e na sua concepção desde a origem assim. Mas, por questões orçamentárias a gente traduz essa concepção, essa ideia do programa de como ele consegue ser materializado, então, com três milhões de reais o que nos restou na época foi definir o projeto piloto e ai fomos... Como primeiro desafio equilíbrio e desigualdade regional, pensamos não, então “pêra aí”, tem que decidir que ele vai chegar às cinco regiões. Primeira decisão, quanto cabe fazer com esse orçamento? Uns dez programas porque precisamos desses e desses recursos, então, selecionamos experiências em dez cidades com o equilíbrio das cinco regiões. Como era um momento de teste, piloto é teste, nós dialogamos com experiências de gestão popular democrática, experiências de anseios do gestor em implementar aquela política, mas dificuldades na ponta de pensar aquela política e chegamos lá com consulta a gestores, com consultas parlamentares a dez lugares. Então o PELC começou nessa perspectiva e como recurso era pequeno, como estratégia também nos resolvemos dar uma definição de foco, dizer: “Olha, nós vamos testar em cidade pequena, vamos testar em cidades de médio porte e vamos testar em cidades grandes”. Claro que fazer o menor é o mais fácil, como o nosso orçamento é pequeno, quando a gente saiu do piloto, vamos priorizar depois do piloto fazer mais em cidades menores por que o impacto da chegada daquela menor é maior do que o impacto da chegada em uma imensa. Você vê que implementar um PELC na cidade de São Paulo com dez milhões de habitantes pode ter um efeito, implementar o PELC em uma cidade pequena tem outro efeito. Então como nós tínhamos pouco orçamento, outra estratégia tomada depois do piloto que nós testamos em cidades de diferentes tamanhos nós começamos a implementar

em um número maior de cidades priorizando as cidades menores por conta dessa lógica que nessas cidades menores o impacto e a multiplicação daquela metodologia poderia ser ampliada. Mas isso é uma coisa que sempre era entendida por nós como uma estratégia de implementação, mas isso não estava escrito na agenda e na concepção do programa que era para chegar em todas as cidades de diferentes tamanhos. Então ele nasceu assim de um piloto testado, em diferentes variáveis e depois a aplicação dele de acordo com a disponibilidade orçamentária aí ousando, passamos por experiências municipais, passamos por experiências com universidades, passamos por experiência... Inclusive com organizações da sociedade civil que funcionava numa lógica consorciada, tivemos uma experiência muito exitosa com a UNDIME²⁷... Mato Grosso que fez chegar o programa em dezenas de municípios de Mato Grosso, que se não fosse a UNDIME nós não tínhamos conseguido chegar naquela quantidade de cidades do Mato Grosso, porque celebrar convênio é muito difícil. Então é uma organização da sociedade civil de caráter público que congrega os dirigentes municipais, então nos fizemos um convênio guarda chuva e que chegou em vários municípios do Mato Grosso. Assim também como tínhamos com universidades que faziam chegar em mais de um município que o convênio direto com prefeitura só chega naquela cidade. A capilaridade do programa fica muito comprometida, então, ele começou dessa forma: a gente foi experienciando, foi fazendo os ajustes necessários para dar conta daquela realidade. Hoje vivemos uma experiência com o governo estadual também na mesma perspectiva de capilaridade e também de responsabilização, porque democratizar o esporte e lazer no país depende da União, do estado e dos municípios. Depois a gente faz uma parceria com o governo estadual, a gente está chamando esse gestor para esta responsabilidade, ele vai chegar na ponta nas cidades, mas ele também tem que assumir responsabilidades, a entrega é naquele município. É uma experiência exitosa no meu ponto de vista, apesar da complexidade que testa os papéis, para democratizar o acesso ao esporte e lazer naquela cidade, o estado faz o quê mesmo? A União faz o quê mesmo? E o município faz o quê mesmo? O PELC está oferecendo isso enquanto experiência, respondi Rejane?

R.R. – E sobre o crescimento do Programa?

²⁷ União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

A.E. – O crescimento esteve diretamente relacionado com o reconhecimento que o programa tinha dos gestores, então, passou a ser um programa muito demandado. Nós passamos a fazer processo intenso de mobilização com parlamentares, então, por muito tempo a gente fazia nosso orçamento de três milhões. No Orçamento Geral da União, tinha trinta milhões de emendas parlamentares, então, chegava em vários municípios por conta do esforço de emenda parlamentar e hoje nós temos um crescimento do programa orçamentariamente. Então são cerca de sessenta milhões. Para quem começou com três, chegamos a sessenta, é exponencial e fomos testando as metodologias; não basta crescer o orçamento, para que esse orçamento consiga chegar também em mais lugares, em mais cidades. Então a parceria com prefeitura, com o governo estadual e com universidade é importante. Por muito tempo teve uma parceria significativa com organizações não governamentais porque alguns estados como no Distrito Federal, o gestor estadual nunca quis ser parceiro, então, a única forma de chegar no Distrito Federal era com parceria com organizações não governamentais. Em São Paulo, por muito tempo, uma grande resistência de chegar os programas federais, então, em muitas possibilidades a forma de chegar naquele estado foi com a organização da sociedade civil. A partir de 2011 o Ministério não tem nenhuma norma que impeça, mas o Ministério tomou a decisão de não fazer mais com organizações não governamentais, mas o programa foi crescente de 2003 até hoje ele só cresce em orçamento, em capilaridade e em estruturação da política.

L.A. – E que desafios esse crescimento tão grande ao longo desse tempo trouxe para vocês na gestão?

A.E. – Acompanhamento, monitoramento e avaliação. Esse é o desafio, não dá para crescer e crescer sem qualidade. Então nós crescemos, implantando um sistema de monitoramento e avaliação com qualidade, que chega na ponta, que acompanha na ponta, que tome intervenções, que coleta dados, isso é fundamental. Então o crescimento ele é acompanhado na estruturação interna do Ministério para dar conta desse crescimento; esse crescimento é acompanhado de um processo de qualificação, então nós temos formação presencial e a distância, temos o sistema de monitoramento, então, nós fomos crescendo e este crescimento foi acompanhado par e passo, em tempo real numa estruturação interna que dê conta de acompanhar e avaliar continuamente esse crescimento.

L.A. – Você podia pontuar os principais... Pelo que eu ouvi o Mimboé²⁸ está em construção, mas os principais indicadores que vocês estão buscando avaliar a partir dele?

A.E. – O Mimboé está em construção, mas já tinha antes do Mimboé um sistema informatizado no Ministério e tem o SINCOV²⁹. Então vários dados das nossas parcerias não passam a ser alimentados só a partir da existência do Mimboé; o Mimboé traz alimentação de informações mais detalhadas da concepção pedagógica e vai nos dar condição de fazer uma avaliação por indicadores, avaliando a eficiência, eficácia e efetividade do programa desde que... Como que é isso no indicador relacionado a recursos humanos, indicadores relacionados ao funcionamento e estruturação da celebração daquela parceria, indicadores relacionados ao processo de execução do que foi pactuado com o que está sendo entregue para a população, indicadores de alcance das diretrizes e princípios do programa, em que medida ele de fato é intergeracional, em que medida ele de fato que ele provoca institucionalização do esporte e do lazer naquela cidade, em que medida a formação qualificou a gestão local, em que medida eles entenderam que o programa não é um programa esportivo, é um programa que dá conta dos diversos conteúdos do lazer. Então os indicadores vão dialogar com os objetivos princípios e diretrizes do programa para ver em que medida eles estão sendo efetivamente entregues a população.

R.R. – Qual é a mudança dessa tua trajetória no Ministério...

A.E. – Para mim é uma experiência impar, em tempo algum pensei ter a oportunidade de viver o que vivo hoje. Cresci em todos os sentidos, porque ser gestora municipal me deu qualificação e compreensão do que é política pública. Mas a realidade brasileira só a esfera federal me trouxe, o que hoje eu consigo identificar, entender e propor superações em políticas públicas é fruto dessa experiência nacional porque ter tido a possibilidade de estar ao lado de centenas de gestões... São centenas, vou ousar falar, milhares, mas pode até chegar em milhares se for contar no dedinho direitinho é para entender que a política pública em Xapuri tem uma necessidade e a política pública em Porto Alegre, em São Paulo, no Rio de Janeiro tem outra realidade a ser enfrentada, mas todas elas precisam ter concepção de mundo, de sociedade, de papel do estado e buscar essa unidade é importante.

²⁸ Sistema Mimboé de Avaliação e Monitoramento do PELC e Vida Saudável.

Então isso que é a gestão não só do PELC como de todos os programas sociais que hoje eu respondo me fazem entender o Brasil como de fato ele é; me fazem entender que o papel da gestão federal é chegar onde o povo está e onde o povo está é nas gestões locais, é nas prefeituras, é nos governos estaduais e pensar política que efetive a essência do papel da política do estado que é atender as demandas da população. Então para que eu atenda as demandas da população eu não conseguiria ter a mesma visão que eu tenho hoje apenas como gestor municipal, então, essa experiência federal me fez não só expandir a minha possibilidade de conhecimento da realidade brasileira como mais do que isso, me provocou a estudar, a pensar, a formular políticas que ajudem a essas entregas, a essa política seja de fato entregue a população brasileira. Então é ímpar, digo que entrei uma Andrea e saio dez Andreas diferentes, cem Andreas diferentes, de uma visão... É uma experiência ímpar! Se voltar hoje para a gestão municipal farei outra gestão municipal que não aquela que fiz quando fui gestora municipal, porque inclusive hoje sei das ferramentas nacionais, então posso acessar melhor as ferramentas nacionais... Me faz chegar a conclusão que é ruim, o que a União está fazendo para que essa informação chegue de fato capilar lá na ponta, então, é outra experiência... Não tenho palavras para dimensionar, tudo que sei ou que atuo hoje como profissional não seria assim se eu não tivesse sido gestora municipal e se eu não tivesse sido gestora federal.

L.A. – Nas entrevistas com os formadores, muitos deles relataram uma dificuldade dos convênios de manter o programa pós o encerramento desses convênios. A municipalização e a autogestão é um processo que eles têm dificuldade de fazer acontecer. Você acha que a União ela tem algum papel em conseguir ajudar nesse processo e que pontos você acha que dificultam de que isso se concretize?

A.E. – Essa é um debate importantíssimo porque a estrutura da matriz administrativa brasileira ela concentra na ponta, nos municípios, nas entregas e concentra na União a arrecadação, então, as políticas públicas que não tem verba vinculada, esse discurso da municipalização ele não sai do discurso, entendeu? Porque não é uma boa vontade ou uma má vontade da gestão municipal. Pode até ser, mas por essência não é. Porque por essência, não é? Você acha que é boa vontade ou má vontade o prefeito não conseguir

²⁹ Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal.

fechar a escola? Não pode nem falar isso por que a escola de São Paulo está fechando... Mas implantar a escola, fechar ele consegue depois, o que eu estou dizendo com isso? É que não é uma questão de má vontade ou falta de vontade, é isso também, mas tem que atacar a origem, senão a gente apenas ataca apenas a causa. Então a origem da ponta conseguir continuar não é só a intenção, é a não estruturação do esporte e lazer como política de estado, entendeu? Por que eu sou gestora municipal, eu sei a quantidade de coisas que eu quis fazer e não consegui fazer e não era porque eu não estava afim. Se eu estivesse em Belém hoje eu não poderia dizer se eu conseguia continuar o PELC e eu não... Porque não está, não tem a matriz, a origem, atacar a origem, qual é a origem? Esporte e lazer não são políticas de estados, esporte e lazer não tem verba vinculada, essa é a origem, as duas principais origens, fruto delas vem várias outras. O que significa dizer quando ela não é política de estado? Ela não está dada para os cinco mil e quatrocentos municípios, não está dada, não é uma política de estado... Previdência, saúde, educação e segurança estão para cinco mil e quatrocentos municípios porque é política de estado, tem verba vinculada, tem peça legal que obrigue e tem financiamento. O papel de atender creche é do município, mas o financiamento da creche passa da União e município; o papel de atender ensino médio é do estado, mas o financiamento dialoga, então, o debate da municipalização é a essência do sistema nacional de esporte e lazer; é municipal, é da municipalidade, porque é onde estão as maiores entregas, mas eu não posso responsabilizar o município, eu tenho que ter na origem a condição para isso. Então o máximo que o nosso programa consegue difundir é que ele entenda: “Olha, esporte e lazer é direito”. Institucionalize o esporte e lazer no seu estado, tem um setor que responde? Não, não tem. Então faça que é importante. Tem um conselho que estruture e brigue pelo direito? Não tem. Então faça que é importante. Você já mapeou o que sua prefeitura gasta com esporte e lazer? Não. Então faça que é importante. Você já dialogou com outras áreas para ter políticas e programas continuados? Não. Então faça por que é importante. Então o papel que o PELC tem feito e precisa fazer é isso, é do gestor na ponta entender que ele tem um papel fundamental em transformar em política de estado e para transformar em política de estado ele tem todo esses passos para fazer, entendeu? É atacar a gênese, eu acho que o sistema nacional que a gente vai implementar está atacando na gênese, por que ele está defendendo o que é papel do estado, do município, da União e da iniciativa privada, ele está definindo o que são os serviços a serem oferecidos por todos e definindo a prioridade a complementariedade, formação esportiva, que o acesso ao esporte educacional e esporte

para todos estão prioritariamente no município, mas o sistema vai ter que dizer: “Beba neste Fundo Nacional do Esporte, faça essas normas de adesão para você poder ir aderir o sistema e receber o recurso”. Então o sistema é a origem e aí vai ter consequências na implementação, entendeu? Então, municipalização é a essência da política de esporte e lazer porque grande parte dos serviços estarão, precisão estar, sempre estiveram sendo cobrados mais da ponta do que dos municípios. Mas enquanto não tem uma lógica sistêmica isso não depende só da intencionalidade, porque se dependesse só da intencionalidade estaria em mais lugares. Então eu acho que o papel do PELC é isso, é falar que é importante institucionalizar, é importante difundir o direito com essa população para que ela demande também, para que sejam um processo de formação crítica e criativa, entendeu? Por que tem também a intenção, pode não estar, mas se a gente ataca a origem, não tem intenção ele é obrigado, então vamos atacar na origem. Ele aderiu ao sistema, ele tem que ter a instituição, ele tem que ter o conselho, ele tem que ter verba lá, ele tem que fazer... Entendeu? Então a gente atacou a origem, se é PELC ou qualquer outro programa ganha corpo para isso, por que atacou a origem, aí a gente enfrenta... Se reduz hoje a lógica da intencionalidade. Eu conheço milhões de gestores que morrem de intenção, veja a situação atual, as prefeituras e os estados não estão conseguindo pagar a folha de pagamento. Então é mais que a intenção, a gente pode mobilizar a intenção, mas é mais do que a intenção, outra coisa que o programa faz muito é a lógica da auto gestão, isso é outra coisa, eu mobilizo a comunidade a não deixar a prática esportiva e de lazer morrer naquela comunidade, pressionando o estado, mas também com um outro conjunto de estratégias e ferramentas locais. Porto Alegre mesmo a gente tem uma experiência super exitosa da auto gestão de infraestrutura, então, não é uma questão de intencionalidade, a comunidade é envolvida para pensar a continuidade daquele acesso. Isso é uma coisa, mas isso é uma proporção muito menor se a gente não atacar a gênese, na origem do problema que é a falta sistêmica do funcionamento do esporte e lazer como política de estado e direito a população. [TRECHO INAUDÍVEL]

L.A. – Andrea, tem alguma Consideração que você gostaria de fazer? Alguma coisa que a gente não perguntou e você acha que é importante?

A.E. – Eu não, acho que vocês perguntaram tudo, inclusive eu disse que ia falar pouco, tu que ficou perguntando, perguntando... (risos)

L.A. – Então, em nome do projeto Memórias do Programa Esporte e Lazer da Cidade, realizado pelo Cento de Memória do esporte, eu te agradeço por ter disponibilizado teu tempo para nos conceder esta entrevista.

A.N. – Eu é que agradeço. Reconheço a importância da memória para preservar a história dos projetos que estamos desenvolvendo com foco nas políticas públicas de esporte e lazer. Parabenizo a iniciativa da professora Silvana³⁰ e de toda a equipe de vocês.

[FINAL DA ENTREVISTA]

³⁰ Silvana Vilodre Goellner.